

V ENCONTRO DE HISTÓRIA LOCAL
DO CONCELHO DE OEIRAS

OEIRAS: O TEJO E A EXPANSÃO



Ficha Técnica

Edição

Câmara Municipal de Oeiras

Coordenação

DCT – Sector de Acção Cultural

Autores

José Eugénio Tavares Salgado | Joaquim Manuel Boiça | Francisco J. S. Alves
João Luís Cardoso | Luís Alves da Silva | Joaquim Coutinho | Filomena Isabel Lucas Serrão Rocha
Guilherme Cardoso | Maria da Conceição Cyrne de Castro | Jaime Casimiro
Rogério de Oliveira Gonçalves | Rodrigo Dias | Jorge Miranda

Concepção Gráfica e Paginação

www.artlandia.pt

Impressão

Textype

Depósito Legal

202 445/03

Tiragem

1000 Exemplares

ISBN – 972-8508-91-3

Oeiras, o Tejo e o mar: uma relação ancestral (da pré-história à época romana)

João Luís Cardoso¹

1. O Paleolítico Médio e Superior

A história da ocupação humana da região oeirense não pode ser dissociada do Tejo e do Mar, cuja presença condicionou, em conjunto e de diversas maneiras, no decurso de largos milhares de anos, o quotidiano das sucessivas comunidades que por aqui passaram ou viveram.

A própria variação do nível marinho, no decurso da última glaciação, foi certamente importante condicionante do quotidiano e da bases de subsistência dos grupos de caçadores-recolectores paleolíticos frequentadores do território actualmente correspondente à área concelhia. Com efeito, era na faixa ribeirinha que tais grupos humanos, aqui como em outras regiões, encontrariam condições de subsistência particularmente propícias. A prova dessa estreita relação são os retalhos de praias quaternárias, ainda hoje conservadas a diversas altitudes e as indústrias paleolíticas ali encontradas. A história da variação da linha de costa, no concernente ao trecho litoral da Estremadura portuguesa, é já razoavelmente conhecida, mercê de diversos estudos conduzidos por geólogos e oceanógrafos citados na bibliografia.

Assim, há cerca de 40 a 30 000 anos atrás, admite-se que boa parte do actual concelho correspondesse a vastas savanas, cobertas de gramíneas ou pequenos arbustos, ocupando os terrenos basálticos, de morfologia regular e ondulada; os solos, pela sua natural fertilidade e por serem propícios à acumulação de água em toalhas freáticas superficiais, eram um território de caça privilegiado, ao contrário dos afloramentos rochosos, constituídos por calcários do Cretácico, mais agrestes e cobertos de uma vegetação espinhosa, pouco favorável à presença da caça e, por conseguinte, do Homem. Era, pois, nos primeiros, que as derradeiras comunidades de caçadores-recolectores neandertais encontraram o seu derradeiro refúgio, antes da extinção total a nível europeu, verificada em torno de 28 000 anos antes do presente. Nessa altura, o nível do mar situava-se cerca de 60 m abaixo do nível actual, variação que tendeu a aumentar, à medida que se agravava a degradação climática, no sentido da crescente aridez e decréscimo das temperaturas. O máximo de frio ter-se-á verificado entre cerca de 20 000 e 18 000 anos antes do presente. Estava-se, então, em pleno Solutrense. O único testemunho até ao presente seguramente

¹ Academia Portuguesa da História e Universidade Aberta. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras.

conhecido na região oeirense consiste numa ponta de flecha de base pedunculada, cuidadosamente retocada em ambas as faces, a qual tivemos oportunidade de identificar entre o conjunto de artefactos mais modernos, recolhidos nas escavações que O. da Veiga Ferreira e J. Roche levaram a cabo na gruta da Ponte da Lage, junto à povoação do mesmo nome, nos finais da década de 1950. Compreende-se tal raridade: por um lado, o rigor climático favorecia a ocupação de grutas, escassas na região, únicos locais onde os bandos humanos daquela época poderiam encontrar abrigo duradouro; por outro lado, a forte aridez, conduziu ao desenvolvimento de intensos fenómenos erosivos, com o conseqüente transporte e sedimentação de grandes massas de materiais, apagando definitivamente eventuais testemunhos de acampamentos de ar livre dessa época. O nível do mar atingia, então, o seu mínimo absoluto, cerca de 120 a 140 m abaixo do actual, em consequência da grande quantidade de água, retida sob a forma de gelo, nos continentes do hemisfério norte. É fácil imaginar a vasta planície litoral então posta a descoberto, a qual ultrapassava 40 km de largura defronte a Cascais, para além da linha de costa actual. Ao mesmo tempo, no litoral minhoto, passariam icebergs em estado de fusão acelerada, descendo a temperatura da água, no Inverno, a cerca de 4° C.

2. O fim dos tempos glaciários e o pós-glaciário

Findo o período mais frio, a ascensão do mar foi, de início, lenta; cerca de 16 000 anos atrás, o nível marinho estabilizou em torno da batimétrica -100 m, ali permanecendo cerca de 3 000 anos. Porém, entre 13 000 e 11 000 anos antes do presente, observaram-se importantes modificações climáticas, em parte resultantes de alterações no regime de circulação das correntes oceânicas. Segundo J. M. Alveirinho Dias e colaboradores, a corrente do Golfo, penetrando até o Mar de Barrents, teria promovido a rápida fusão dos gelos defronte da fachada atlântica da Europa, com o conseqüente recuo da frente polar, anteriormente instalada ao nível da Península Ibérica, para o Atlântico Norte-Occidental. As temperaturas das águas oceânicas defronte do litoral português seriam, então, semelhantes às actuais, acompanhando a evolução climática no sentido do aquecimento global, de que resultaria a fusão dos gelos dos glaciares continentais e, conseqüentemente, a subida generalizada do nível marinho. Assim, o mar elevou o seu nível para a batimétrica -40 m: ou seja, em apenas 2 000 anos, entre 13 000 e 11 000 anos antes do Presente, o nível do mar subiu cerca de 60 m, inundando bruscamente vastos territórios antes ocupados por numerosos grupos humanos, que neles encontravam suficientes bases de subsistência, não apenas na caça, mas ainda

nos recursos aquáticos, abundantes e de fácil recolocção: em tal situação se encontrava a zona então emersa, prolongando para sul a actual orla estuarina do concelho de Oeiras. É fácil imaginar os profundos impactes negativos que tal fenómeno provocou no quotidiano dessas populações, obrigadas a alterar, de forma drástica, e em curto espaço de tempo, os moldes em que estruturavam a sua própria sobrevivência e quotidiano. É mais do que provável, na área interessada por este estudo, que numerosas estações existam actualmente submersas, na antiga confluência do paleo-Tejo com o Oceano adjacente. Este fenómeno que causou por certo assinaláveis perturbações na vida das populações ribeirinhas, um pouco por todo o lado, poderá explicar a tradição bíblica do grande dilúvio universal: o dilúvio terá sido mesmo uma realidade, e das suas desastrosas consequências, ainda a memória colectiva das populações descendentes das que as sofreram directamente, conservou testemunho, sob a forma da tradição oral, de geração em geração.

A velocidade da subida eustática do nível do mar prosseguiu, de forma notável nos tempos pós-glaciários. Há cerca de 10 000 anos, o contínuo aquecimento climático, responsável pelo quase desaparecimento dos glaciares do continente europeu, explica o prosseguimento do movimento transgressivo marinho que temos vindo a descrever.

3. O Neolítico

8 000 anos atrás, o mar encontrava-se ainda à cota -20 m e a subida continuou, até estabilizar em torno da cota actual há perto de 5 000 anos. Estava-se, então, em pleno Neolítico Final, etapa cronológica e cultural muito bem representada num dos povoados pré-históricos mais relevantes no contexto peninsular: referimo-nos ao povoado pré-histórico de Leceia, no qual temos vindo a desenvolver investigações desde 1971, as quais mais tarde resultaram em escavações, anualmente ali realizadas, até à actualidade, desde 1983. O Neolítico Final corresponde à primeira ocupação ali verificada, encontrando-se datada pelo Carbono 14 nos últimos séculos do III milénio a. C. A correspondente camada arqueológica, directamente assente no substrato geológico, no caso constituído por calcários recifais do Cretácico, denuncia o estabelecimento de um povoado aberto, não fortificado, embora as preocupações defensivas já fossem evidentes, ao escolher-se para lugar de ocupação permanente, uma plataforma calcária, delimitada por cornija natural, debruçada sobre o vale da ribeira de Barcarena, que domina, do alto da sua encosta direita. A proximidade do estuário do Tejo, que dali se divisa ao longe, a apenas 4 km de distância, bem como a sua fácil acessibilidade através da própria ribeira de Barcarena, então

navegável devido a um maior caudal, em consequência de um clima algo mais húmido que o actual e sobretudo, por se encontrar livre de assoreamento, ao contrário do que hoje sucede, tornava o referido estuário uma das fontes de abastecimento alimentar mais importantes da população ali sediada.

Toda a área aluvionar actualmente ocupada pela Quinta Real de Caxias, até Laveiras encontrar-se-ia, ao menos na preia-mar, submersa, constituindo, na baixa-mar, domínio ideal para a recollecção de certos moluscos. Com efeito, o estudo das espécies encontradas na camada do Neolítico Final de Leceia, mostrou que não seria necessário percorrer mais de 5 km para se obterem todas as que foram ali documentadas. Em afloramentos litorais rochosos da zona intertidal, recolectar-se-ia, com facilidade, a lapa (*Patella* sp.), o mexilhão (*Mytilus* sp.) e diversos búzios, entre os quais a *Monodonta lineata* e *Thais haemastoma*. Na mesma faixa litoral, mas em fundos arenosos um pouco mais profundos, do andar infralitoral, ocorreriam pequenos búzios (*Nassarius reticulatus*), bivalves, como o pé-de-burro (*Venus verrucosa*) e a vieira (*Pecten maximus*). Por fim, no curso inferior da ribeira de Barcarena, na confluência com o estuário do Tejo, formando pequena enseada pouco profunda, posta a descoberto na maré baixa, poder-se-iam recolher com facilidade ostras (*Ostrea edulis* e *Crassostrea angulata*), o berbigão (*Cerastoderma edule*) e, junto da foz, em fundos igualmente intertidais, areno-vasosos ou arenosos, a amêijoia (*Venerupis decussata*).

3. O Calcolítico

Foram essencialmente aquelas as espécies de moluscos recolhidas ao longo do litoral do estuário, até á confluência com o Oceano, pelos antigos ocupantes do povoado pré-histórico de Leceia, não apenas na camada mais antiga, do Neolítico Final, mas também nas seguintes, já do Calcolítico, até quase ao final do III milénio a.C., correspondendo, sucessivamente, ao Calcolítico Inicial, ao Calcolítico Pleno e ao horizonte campaniforme (conotável com o fim do Calcolítico Pleno e com o Calcolítico Final).

Entretanto, a introdução da metalurgia do cobre, em Leceia, no decurso do Calcolítico Pleno, cerca de 2 600 anos a. C., de acordo com as datações de radiocarbono realizadas, permitiu o fabrico de grandes anzóis de cobre, dos quais se recolheram alguns exemplares. Estas peças documentam a prática da pesca à linha, a partir das praias ou recorrendo a pequenas embarcações de navegação litoral. O seu tamanho, que é assinalável, indica a captura de exemplares de grandes dimensões de, pelo menos duas espécies, identificadas até ao presente na estação:

trata-se do pargo (*Pagrus pagrus*) e da dourada (*Sparus aurata*). O estudo das peças ósseas correspondentes (pré-maxilares e dentais), já capturadas, como os moluscos supra referidos, desde o Neolítico Final, indica exemplares de peso entre 2 e 5 kg. Porém, outras espécies ictiológicas de mais difícil conservação, como o robalo, sem contar com os peixes fluviais, seriam também, por certo, objecto de captura e consumo.

Considerando a preferência da dourada pelo domínio infralitoral, até cerca de 25 m de profundidade e a sua tolerância a águas salobras e a preferência do pargo por domínios infra e circalitorais, até cerca de 45 m e profundidade, conclui-se que ambas teriam boas condições para sobreviver na região do estuário do Tejo, próximo da foz, precisamente o local onde seriam capturadas pelos habitantes pré-históricos de Leceia. Outras técnicas de pesca foram utilizadas por estes: para além de armadilhas, teriam utilizado redes, tanto fixas, de estacaria, na foz da ribeira de Barcarena, como móveis, a bordo de pequenas embarcações, ou mesmo manejadas a partir da praia. Prova disso são os diversos pesos de rede, todos recolhidos na camada do Calcolítico Pleno. Estes pesos correspondem a seixos ou a bolas de calcário, totalmente afeiçoadas por picotagem, possuindo um sulco diametral, feito também por picotagem, onde se fixaria a rede, mantendo-a vertical debaixo de água, à semelhança dos pesos actuais ainda por vezes utilizados para o mesmo efeito. Outras alternativas são de admitir, para os exemplares de menores dimensões, como a sua utilização como chumbeiras, para a pesca à linha, ou ainda servindo de pesos em armadilhas de pesca; para ambas as situações se conhecem também paralelos etnográficos actuais, no litoral português, adequadamente ilustrados por Baldaque da Silva.

Seja como for, o recurso a estas técnicas, sugere que a diversificação e a intensificação da pesca no estuário se terá verificado a partir do Calcolítico Pleno, acompanhando, assim, o aumento generalizado das produções de diversos bens de consumo, bem como o desenvolvimento de novos produtos, então também produzidos pela primeira vez com carácter sistemático (metalurgia, tecelagem, lactícínios).

Outra evidência interessante da intensidade com que o litoral oeirense foi frequentado pelas populações pré-históricas sediadas em diversos locais, com destaque, naturalmente, para Leceia, é a presença, neste povoado, de um osso de cetáceo, recolhido, igualmente, na camada correspondente ao Calcolítico Pleno. Trata-se de uma peça aproveitada como base para o corte de peles ou de outras substâncias moles. Corresponde, por certo, a restos de um animal morto, arrojado à praia, onde foi recolhido. O seu estudo soma-se, assim ao de outros restos encontrados nas mesmas situações em povoados pré-históricos em torno do estuário, como o sítio

de Alpena, situado na área fronteira, em Trafaria (Almada) e utilizado, segundo G. Zbyszewski, como paleta, dado ainda conservar, muito tenuamente, restos de tinta vermelha aderente.

Entretanto, com o desenvolvimento das sociedades de economia complexa, a partir do Calcolítico, e não apenas de base agro-pastoril, como até então, outra importância adquiriu o estuário do Tejo e o litoral oceânico adjacente: referimo-nos ao seu papel como “estrada líquida”, indispensável à navegação e ao comércio e, com eles, à circulação e difusão de novas técnicas e novas ideias, mesmo ao nível da superestrutura ritual/sagrada. Logo no Calcolítico Inicial afirma-se, no plano ideológico, a grande “Deusa-Mãe”, omnipresente em todas as sociedades agrárias da bacia mediterrânea, da qual o litoral estremenho português é a sua derradeira extensão para ocidente. Tal como no levante, uma das matérias-primas mais utilizadas para a confecção de peças ideotécnicas foi o calcário, apesar da sua evidente vulgaridade na região – o que só evidencia não ter a sua escolha sido ditada por motivos materiais, inerentes ao valor de tal rocha, mas antes pelo significado simbólico que aquela detinha. Uma das mais expressivas representações encontradas desta divindade provém de Leceia: trata-se de um pequeno cilindro de calcário – estilização máxima da própria figura humana – ostentando de um dos lados a representação do órgão genital feminino, feita por traços incisos. Tal peça tem paralelo em muitos outros exemplares da região, mas nenhum deles ostenta, como ela, os atributos sexuais da divindade, propiciatória das colheitas e da fertilidade das terras, realidade, afinal, de que dependia, em última instância, a própria sobrevivência das comunidades, já então definitivamente produtoras dos seus próprios bens alimentares.

A importância da Estremadura como “placa giratória” entre o domínio setentrional atlântico e o sul mediterrâneo afirma-se, ainda, no final do Calcolítico, situável nos derradeiros séculos do III milénio a.C. (horizonte campaniforme), tão bem representado em diversas estações pré-históricas do concelho de Oeiras (povoados de Leceia, de Carnaxide e do Monte do Castelo e gruta sepulcral da Ponte da Lage). Com efeito, só por via de extensas navegações litorais de cabotagem se poderão explicar as evidentes analogias existentes entre vasos campaniformes da Bretanha, da Galiza e da zona do estuário do Tejo, os quais justificaram a atribuição da designação de “vasos marítimos”, dada a sua evidente distribuição litoral e atlântica; a sua forma emblemática é o vaso em forma de campânula invertida, decorado em toda a superfície por bandas a pontilhado horizontais, preenchidas interiormente por traços oblíquos, alternadamente para a esquerda e para a direita (“herringbone”).

Na baixa Estremadura, este fluxo cultural norte-atlântico cruzou-se com outro, de sentido contrário, pondo em contacto a região com as costas mediterrâneas peninsulares: é o que indica a coexistência dos referidos vasos com outros recipientes, representados por taças e por caçoilas com decorações essencialmente incisadas. Esta realidade material – expressiva de uma outra, de carácter cultural, a ela subjacente – observa-se e permanece até os dias de hoje, tendo sido caracterizada num dos ensaios mais conhecidos de Orlando Ribeiro: “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico” (primeira edição de 1945). A sua origem pode, pois, remontar ao Calcolítico e já então seria a consequência natural das condições particularmente propícias, de índole geográfica, que tornaram o litoral da Estremadura como uma zona muito particular no caldeamento de fluxos culturais distintos, no contexto pré-histórico peninsular e europeu.

4. A Idade do Bronze

A realidade acabada de traçar, reforçou-se no Bronze Final. Com efeito, a intensa relação mantida entre as populações pré-históricas oeirenses e o litoral estuarino-marinho adjacente manteve-se no decurso de toda a Idade do Bronze (correspondente ao II milénio a. C. até o século IX/VIII a.C.) vindo a conhecer um nítido acréscimo no seu final (séculos XI a IX a.C.). Em tal época, firmou-se decisiva e definitivamente a vocação agrícola do território correspondente ao actual concelho de Oeiras. A par da exploração intensiva e extensiva do solo, designadamente na produção cerealífera (de trigo), testemunhada pelas numerosas lascas de sílex com um bordo serrilhado, montadas em foices com cabo de madeira, recolhidas nos locais onde se implantaram pequenas granjas ou casais agrícolas de raiz familiar, a frequência do estuário manteve-se: ali continuou a praticar-se uma intensa recollecção de moluscos, ao longo do litoral e a pesca, práticas bem evidentes no povoado de encosta da Tapada da Ajuda (Lisboa), idêntico aos existentes na região de Oeiras, com destaque para o do Alto das Cabeças, junto a Leião.

Com a generalização da comercialização de produtos manufacturados de bronze, a longa distância, uniu-se, pela primeira vez, de forma sistemática, graças às navegações litorais então realizadas, o domínio norte-atlântico ao mediterrâneo. Nesta realidade, a um tempo económica e cultural, desempenhou a Estremadura e, em particular os principais locais com facilidades portuárias – designadamente os estuários do Mondego e, sobretudo os do Tejo e Sado – um papel de primacial importância. Com efeito, sendo a Estremadura um domínio onde não existe o estanho, e o cobre quase inexistente, é, no entanto, a única área geográfica peninsular onde

coexistem três produções de bronze características da fase final do Bronze Final: referimo-nos aos machados de alvado e de duas argolas, às foices de tipo Rocanes e aos machados de talão unificiais de uma argola. Tal realidade sugere que aquelas peças tenham sido produzidas localmente, com base no estanho, que viria da Beira Interior, através da linha de circulação transregional constituída pelo Tejo; o cobre afluiria através dos tributários da magem esquerda do grande rio peninsular, para além daquele que chegaria à foz do rio Sado, oriundo da exploração das minas da faixa piritosa do Baixo Alentejo. Prova de que tais produções se destinariam, ao menos em parte, à exportação, por via marítima, com origem provavelmente a partir de um centro de comércio que poderia muito bem corresponder a qualquer enseada do estuário do Tejo, é-nos dada pelo achado de exemplares de todos os tipos de artefactos supra-referidos no depósito do Monte Sa-Idda, na Sardenha, de evidente origem peninsular (ou imitação local). Nesta perspectiva, é aliciante e justificada a conotação entre a produção em série de objectos metálicos e a sua exportação, como sugere o achado de um molde para fundição de foices de bronze do tipo Rocanes, recolhido em casal Rocanes, Cacém (Sintra), um dos dois até ao presente reconhecidos em território português.

5. A Idade do Ferro

O importante papel económico desempenhado pela região estuarina do Tejo reforça-se, na Idade do Ferro, com a extensão à comercialização de outros produtos, como o vinho ou as conservas de peixe, muito apreciadas nos mercados mediterrâneos. Estas produções seriam centralizadas, primeiro, na cidade púnica de Gades (actual cidade de Cádiz), para depois serem, a partir dali, redistribuídas, tanto pelo Norte de África, como pelas costas peninsulares. No âmbito restrito do espaço geográfico a que se refere este trabalho, existem algumas evidências deste comércio, já em época tardia, do final da Idade do Ferro. Referimo-nos a um fragmento de ânfora do tipo Mañá C 2 a, conservado no Museu Nacional de Arqueologia, recolhido na área urbana de Oeiras, perto da antiga Quinta da Junção do Bem, o qual foi por nós estudado. Esta forma anfórica, produzida sobretudo no século II a.C., serviria como contentor para a comercialização, provavelmente, do vinho. O seu fabrico em Cartago encontra-se plenamente documentado; porém, a sua produção foi interrompida após a destruição da cidade em 146 a.C. Tomaram então lugar as produções ocidentais, em oficinas situadas de ambos os lados do estreito de Gibraltar e, talvez mesmo, também, em território português. No caso presente, admitindo-se que se trate de uma produção de Cartago – como parece

indicar a coloração da pasta e do engobe – a ocorrência deste fragmento na região oeirense faz supôr que os habitantes de então deteriam relações de comércio com o Norte de África, no decurso do século II a.C., dando origem, sem qualquer descontinuidade, ao comércio romano estabelecido ulteriormente na região. Com efeito, nas regiões litorais do centro e do sul de Portugal, fortemente marcadas ao longo de toda a Idade do ferro pelos estímulos comerciais e culturais oriundos do mediterrâneo, as influências continentais ou setentrionais jamais tiveram expressão significativa. É de salientar que o comércio púnico – como já anteriormente se tinha verificado com o seu imediato antecessor, o fenício – atingiu regiões litorais francamente setentrionais, como é demonstrado pelo achado de ânforas púnicas na Galiza e a ocorrência de cerâmicas púnicas em diversos castros do Norte de Portugal.

6. O Período Romano

A riqueza agrícola e, também, a pecuária, da região de Oeiras, explica a existência de excedentes susceptíveis de serem permutados por produtos importados, como o vinho ou as conservas de peixe, os quais, de imediato, passaram a ser também produzidos na região. É o que mostram os centros púnicos de produção de tais preparados, dispersos ao longo do litoral do sul peninsular, antecessores das instalações fabris romanas, cujos exemplos mais próximos do litoral estuarino oeirense se situam em plenas áreas urbanas de Cascais e de Lisboa, na casa dos Bicos e na rua dos Correiros, graças aos trabalhos arqueológicos de emergência realizados naqueles locais. No concernente ao trecho correspondente à actual área concelhia, é mais do que provável que, nas enseadas abrigadas da praia de Santo Amaro de Oeiras, de Paço de Arcos, de Caxias ou ainda na Cruz Quebrada, junto da confluência do Jamor, tivessem existido fábricas similares, hoje totalmente desaparecidas devido às severas modificações induzidas pelo Homem naqueles locais.

Em resumo: a área ribeirinha do concelho de Oeiras configurou-se, desde a Pré-História, logo que o nível do mar se estabilizou a cota semelhante à actual, até aos nossos dias, como área francamente aberta a estímulos exógenos, de carácter comercial e cultural, potenciados e justificados pela sua posição geográfica de excepção, entre o norte atlântico e o sul mediterrâneo, realidade dual interactiva que, afinal, está na origem de um dos traços culturais essenciais e mais estáveis e permanentes, não só desta micro-região, mas de todo o espaço geográfico português, subjacente à própria identidade nacional.

Bibliografia

ANTUNES, M. T. & Cardoso, J. L. (1995) – Ictiofauna do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, pp. 187-192.

CARDOSO, J. L. (1987) – No estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro. *In Arqueologia do vale do Tejo*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, pp. 69-81.

CARDOSO, J. L. (1995) – Novas escavações na gruta da Ponte da Lage (Oeiras). Revisão dos materiais paleolíticos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, pp. 49-66.

CARDOSO, J. L. (1995) – O Bronze Final e a Idade do ferro na região de Lisboa: um contributo. *Conímbriga*, 34, pp. 33-74.

CARDOSO, J. L. (1995) – Ossos de cetáceo utilizados no Calcolítico da Estremadura. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, pp. 193-198.

CARDOSO, J. L. (1995) – Símbolos sexuais do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, pp. 251-261.

CARDOSO, J. L. (1996) – Pesos de pesca do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo comparado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, pp. 107-119.

CARDOSO, J. L. (1996) – O final da Idade do Ferro no concelho de Oeiras: um contributo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, pp. 361-365.

CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia, sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras, Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras, 128 pp.

CARDOSO, J. L. (1998) – Do Paleolítico Inferior à Idade do Ferro no concelho de Oeiras: percursos da presença humana. *Actas do 1.º Ciclo de Estudos Oeirenses* (Oeiras, 1996/1997). Oeiras. Celta Editora/Câmara Municipal de Oeiras, pp. 31-71.

CARDOSO, J. L. (1999/2000) – Aspectos do povoamento da baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8, pp. 355-413.

CARDOSO, J. L. (2000) – Sítios, pedras e homens. Trinta anos de Arqueologia no concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 9, 191 pp.

CARDOSO, J. L. & Cardoso, G. (1993) – Carta arqueológica do concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 4, 126 pp.

CARDOSO, J. L. & Cardoso, G. (1996) – O povoado do Bronze Final do Alto das Cabeças (Leião, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, pp. 351-359.

CARDOSO, J. L.; Soares, J. & Silva, C. T. (1996) – A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras). Materiais recolhidos em 1987 e 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, pp. 47-89.

ZBYSZEWSKI, G.; Cardoso, J. L.; Leitão, M.; & North, T. (1995) – A jazida paleolítica do Reduto de Renato Gomes Freire (Alto da barra) – Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, pp. 11-21.